



X COLÓQUIO INTERNACIONAL

"Educação e Contemporaneidade"
22 a 24 de Setembro de 2016
São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

JUVENTUDES E EDUCAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

ADENILMA OLIVEIRA SANTANA

THAÍS SOUZA DOS SANTOS

EIXO: 7. EDUCAÇÃO, TRABALHO E JUVENTUDE

RESUMO Este trabalho é resultado de um esforço acadêmico proposto pelo Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEDUC – UNEB e dialoga acerca da educação das juventudes na contemporaneidade. Com o intuito de subsidiar a discussão ora almejada foi utilizada uma pesquisa qualitativa de base documental entrecruzada com uma investigação epistemológica que, a todo instante, buscou-se refletir a temática através da análise de conteúdos e da interpretação hermenêutica do conhecimento. Os diálogos estabelecidos com Freire (1996), Bauman (1997), Carrano (2000), Souza (2004), dentre outros, construíram os pilares dessa discussão acadêmica e social, bem como, subsidiaram a inspiração dialética de compreensão da realidade por meio da análise das suas contradições e de outros elementos constituintes do processo de conhecer e compreender o objeto com perspectivas latentes de transformação. Desse modo, a intenção de propiciar uma discussão das perspectivas desse jovem de se encontrar nesse ambiente como sujeito que se vê oportunizado através do encontro concreto e com sentido, é uma das molas propulsoras deste trabalho que não tem a iniciativa de prescrever ações, mas de consubstanciar, quiçá, reflexões teóricas sobre o tema àqueles que se constituírem leitores desse texto. **Palavras Chave:** Juventudes; Educação; Contemporaneidade.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS O estudo em tela dialoga sobre a educação das juventudes fundada no encontro com a realidade desse segmento, possibilitando a discussão sobre como a escola contemporânea pode enxergar o jovem para além de uma geração em transição de faixa etária. Dessa forma, o mesmo se justifica pelos próprios contornos educacionais da contemporaneidade que exige uma revisão dos parâmetros para uma escola de qualidade e das formas utilizadas para

atingir tal fim. Aparece, portanto, nesse cenário, a preocupação com o ensino dos jovens brasileiros atrelada à inquietação de como a escola os percebe e de que forma o encontro com esse público tem feito essa instituição repensar as suas práticas. Para tanto, este estudo adotou a abordagem qualitativa de reflexão, tendo como método a análise epistemológica de teóricos que denunciam, através dos seus conhecimentos, muitos elementos fundantes para a discussão sobre o ensino das juventudes. **"DE CARA" COM ESSAS JUVENTUDES** TEMPOS MODERNOS[1] Eu vejo a vida melhor no futuro

Eu vejo isso por cima de um muro

De hipocrisia que insiste em nos rodear Eu vejo a vida mais clara e farta

Repleta de toda satisfação

Que se tem direito do firmamento ao chão Eu quero crer no amor numa boa

Que isso valha pra qualquer pessoa

Que realizar a força que tem uma paixão Eu vejo um novo começo de era

De gente fina, elegante e sincera

Com habilidade

Pra dizer mais sim do que não, não, não Hoje o tempo voa, amor

Escorre pelas mãos

Mesmo sem se sentir

Não há tempo que volte, amor

Vamos viver tudo que há pra viver

Vamos nos permitir A música Tempos Modernos, interpretada por Lulu Santos aparece no contexto inicial desse trabalho por implicar um diálogo com um tempo de novas possibilidades, em que se arriscar é adentrar um caminho inusitado de vivências múltiplas e imprevisíveis. A permissão a um novo viver que se faz presente e que se revela como o futuro batendo à nossa porta revela uma relação muito próxima com o desejo juvenil contemporâneo. Assim, os olhares sobre as juventudes e suas imbricações com a educação refletem um ponto de partida para um conceito diferenciado sobre o jovem estudante, abrindo portas para sua inserção na pauta de discussão da agenda das políticas públicas educacionais. Isso representa uma iniciativa de análise científica de um tema contemporâneo, urgente e necessário para o campo acadêmico, social e educacional. Contemporâneo porque se perfazem nas próprias características que amplamente definem o momento ambivalente, poroso, porém cheios de possibilidades. A contemporaneidade aqui tratada não está atrelada ao caráter temporal, falamos de uma condição ainda em construção, da reinvenção de valores, da reconstrução de saberes, da redescoberta da ética no seu sentido mais íntimo e particular, o da ética como condição humana (SOUZA, 2004). Ser contemporâneo é viver cada um no seu tempo, rememorando, reconsiderando, reconciliando aspectos importantes da vida e da sociedade e que não saíram da pauta das grandes questões da humanidade, mas precisam

ser retomadas com uma nova roupagem, rasgando as máscaras das ilusões (BAUMAN, 1997). É viver as incertezas de um agora e de um futuro que ainda não chegou, mas que está por vir, também permeado por vivências duvidosas e incertas. As invisibilidades juvenis, muitas vezes, naturalizadas pela sociedade capitalista, precisam ser questionadas, fortalecendo os diálogos sobre as potencialidades que esse público tem e como estas podem vir à tona na vida de cada um desses jovens. O que lhes falta?

Por isso acreditamos que lhes faltam oportunidades de desenvolver esses potenciais através da arte, da cultura, da educação, pois podem se abrir um amplo leque de perspectivas futuras de conhecimento artístico, histórico, gerando, quiçá aprendizagem profissional, diferente de uma arma de fogo ou de um pacote de droga, em que as suas chances de sobrevivência digna são mínimas, conforme estatísticas atuais da violência brasileira. Caminhamos, portanto, pelos ensinamentos de Freire (1996, p. 30) quando da sua louvável esperança na transformação da realidade social posta:

Gosto de ser homem, de ser gente, porque sei que a minha passagem pelo mundo não é predeterminada, preestabelecida. Que o meu "destino" não é um dado, mas algo que precisa ser feito e de cuja responsabilidade não posso me eximir. Gosto de ser gente, porque a histórica em que me faço e de cuja feitura tomo parte é um tempo de possibilidades e não de determinismos. Daí que insista tanto na problematização do futuro e recuse sua inexorabilidade. Assim, considerando este estudo enquanto instrumento de reflexão para uma posterior transformação social, adotando as características de um movimento dialético, conseguimos vislumbrar um campo de lucidez que traz à tona a urgência de ampliação da visão do ser humano jovem enquanto sujeito de direitos haja vista as características latentes da sociedade contemporânea, para alguns denominada pós-moderna, para outros, vista ainda como um resquício da modernidade[2]. Assim, refletir sobre o ato de educar nos dias atuais nos faz rememorar as metáforas do *legislador* e do *intérprete*, abordadas por Bauman (2010), pois tais referências, ligadas à modernidade e à pós-modernidade, respectivamente, nos convida a pensar sobre o ato de educar na contemporaneidade. De antemão, cabe-nos considerar que não se trata de citar a modernidade em termos de superação e, sim, trazer a baila o mundo contemporâneo com o que é novo em relação aos pressupostos modernos, demarcando, quando necessário, as marcas daquilo que alguns autores chamam de pós-modernidade. Bauman (idem, p. 101) aborda que, sob a ótica da razão moderna, a educação foi "uma resposta do tipo

'gerenciamento de crise', visto que foi uma tentativa desesperada de regulamentar o desregulamentado, de introduzir ordem". A educação era, assim, sinônimo de escolaridade, já que visava moldar a sociedade no intuito de fazer com que os indivíduos aprendessem, se apropriassem e praticassem a racionalidade da vida social. Dessa forma, a educação

(...) significava um projeto de tornar a formação do ser humano uma responsabilidade plena e exclusiva da sociedade como um todo, em especial de seus legisladores. Significava o direito e o dever do Estado de (...) formar seus cidadãos e guiar sua conduta. Representava o conceito e a prática de uma sociedade administrada. (BAUMAN, 2010, p. 103). Nesse viés, educar era a maneira, por excelência, para guiar condutas e todos os espaços deveriam, desde já, serem ativos diante desse objetivo. É importante salientar que o autor aborda a pluralidade como inevitável e nos diz que "a comunicação entre tradições se torna o maior problema do nosso tempo" (*idem*, p. 196), uma pluralidade que não está aí para ser "resolvida", mas que cria a necessidade de "especialistas em tradução entre tradições culturais" (*idem*, p. 197), pondo-os como um dos mais importantes peritos contemporâneos. Assim, Bauman ainda destaca que a estratégia pós-moderna de trabalho intelectual é aquela caracterizada pela metáfora do papel do "intérprete". Tal estratégia consiste em traduzir afirmações feitas no interior de uma tradição baseada em termos comunais, a fim de que sejam compreendidas no interior de um sistema de conhecimento fundamentado em outra tradição. Dessa forma, explica que:

Em vez de orientar-se para selecionar a melhor ordem social, essa estratégia objetiva facilitar a comunicação entre participantes autônomos (soberanos). Preocupa-se em impedir distorções de significado no processo de comunicação. Para este fim, promove a necessidade de penetrar em profundidade o sistema estrangeiro de conhecimento do qual a tradução deve ser feita [...] e a necessidade de manter o delicado equilíbrio entre as duas tradições que interagem, indispensável tanto para a mensagem não ser distorcida (com relação ao significado investido pelo remetente) quanto para ela ser compreendida (pelo destinatário). (*idem*, p. 20-21) Essas reflexões nos remetem a repensar as possibilidades e perspectivas múltiplas que vão desde a compreensão das diversidades dos jovens, característica inerente à própria condição juvenil, até ao reconhecimento, através da

prática pedagógica, desses jovens enquanto sujeitos de direitos. Pensar nas juventudes que emergem desse contexto sugere, portanto, pensar na educação como “um campo de saber fundamentalmente mestiço, em que se cruzam, se interpelam e, por vezes, se fecundam, de um lado, conhecimentos, conceitos e métodos originários de campos disciplinares múltiplos, e, de outro lado, saberes, práticas, fins éticos e políticos.” (CHARLOT, 2006, p.9). Desse modo, partimos de uma concepção dialética de estudo, concordando que a transformação do todo somente acontece com as mudanças das partes que a compõem. Daí a importância do aprofundamento dessa discussão através da dialética como maneira de pensar o que está posto e o que pode ser gerado num plano estratégico futuro de nova realidade humana, como discorre Konder (2008, p. 38)

Para trabalhar dialeticamente com o conceito de totalidade muito importante sabermos qual o nível de totalização exigido pelo conjunto de problemas com que estamos nos defrontando; e é muito importante, também, nunca esquecermos que a totalidade é apenas um *momento* de um processo de totalização (que, conforme advertimos, nunca alcança uma etapa definitiva e acabada). Afinal, a dialética – maneira de pensar elaborada em função de reconhecermos a constante emergência do novo na realidade humana – negar-se-ia a si mesma, caso cristalizasse ou coagulasse suas sínteses, recusando-se a revê-las, mesmo em face de situações modificadas. A modificação do todo só se realiza, de fato, após um acúmulo de mudanças nas partes que o compõem.

O JOVEM NA CONTEMPORANEIDADE O pensamento sociológico e também político acerca dos jovens na esfera internacional teve como ponto de partida o ano de 1965, através das iniciativas da Organização das Nações Unidas (ONU) com seu compromisso para com as juventudes[3]. A partir desse momento a preocupação com esse público começou a ganhar notoriedade. Contudo, foi a partir de 1985 que esta temática conseguiu materialidade de fato e, aqui ressalto, a instituição do Ano Internacional da Juventude como grande marco de visibilidade mundial para as questões juvenis. Enquanto isso, a discussão diferenciada sobre os jovens brasileiros somente começou a aparecer na década de 1980 com o movimento de redemocratização do país e ampliado com o já citado Ano Internacional da

Juventude. Em posterior a estes acontecimentos históricos, ocorreu a inclusão do art. 227 na Constituição Federal e elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90, marcos legais de fundamental importância na política juvenil. Essa mobilização em torno dos direitos das juventudes[4] no Brasil é fortalecida com a criação, em 2005, da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) e do Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE). Com isso, esse grupo social teve ainda mais institucionalizado o seu reconhecimento de sujeitos titulares de necessidades, garantias e direitos não apenas genéricos a todos os outros cidadãos brasileiros, mas específicos, particulares pela própria condição juvenil. Em consonância com todas essas mudanças encontra-se também o Estatuto da Juventude, lei nº 12.825/13, trazendo o enfoque das políticas públicas em âmbito nacional, oportunizando, através de mais uma iniciativa legislativa um maior diálogo acerca da emancipação dos jovens brasileiros e da sua titularidade de direitos. Vale ressaltar, que no Brasil, as bases de discussão do jovem como sujeito de direito tem como pilar constitucional a Doutrina da Proteção Integral consagrada no art. 227 da Constituição Federal Brasileira de 1988:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Corroborando com essa concepção constitucional, a Doutrina da Proteção Integral se entrelaça com os direitos fundamentais, sugerindo a ideia da necessidade de prestações positivas do Estado com a finalidade de efetivar a dignidade da pessoa humana. No âmbito de abordagem das juventudes, a sustentação e efetivação de um sistema de garantia de direitos perpassam pelo dever da família, da sociedade e do Estado, precisando também estar em constante conexão com o plano educacional como mais uma forma de desenvolver a proteção juvenil numa abrangência mais significativa. Nesse sentido, essas juventudes necessitam serem compreendidas segundo Pais (2003, p.41) desde a sua aparente unidade até a diversidade presente e em constante transformação nesta categoria, vide:

O paradoxo da questão é que qualquer ideia aparece sempre encapsulada a

um nome e, aqui, o mesmo nome —*juventude*— encapsula ideias diferentes. Paradoxo derivado é a tendência de, perante um dado nome de algo — com sua ideia inclusa—, deixar de se ver esse algo a que o nome se reporta, isto é, a realidade que se nomeia ou idealiza. Deste modo, embora construídos para nos facilitarem uma clara percepção das realidades, há em muitas ideias e conceitos um efeito perverso. Por isso, temos de nos treinar numa nova óptica que nos deixe ver, através dos nomes das coisas, a riqueza semântica que aparece associada a esses «nomes» (ideias, conceitos). Abramo (2005) também entende em conformidade com o pensamento de Pais (2003), demonstrando o seu incômodo quanto ao sentido restrito do conceito de juventude, tendo sido esta inquietude uma valiosa contribuição para o reconhecimento dos direitos dos jovens no cenário político-social do Brasil. Esse movimento legal e político das iniciativas governamentais com foco na juventude têm, visivelmente, aumentados em âmbito nacional. Numa reflexão mais profunda dessa realidade, reportamo-nos ao pensamento filosófico de Anthony Giddens (1991) quando do seu esforço intelectual em esboçar sobre as consequências da Modernidade. Este pensador compreende que essa ordem social exige sujeitos emancipados, conhecedores de si mesmo, que desejam rupturas de estigmas na descoberta do novo. Conforme a compreensão da sociologia da juventude, e esta recebe aqui importância fundamental para a conceituação desse segmento humano, por abordar elementos essenciais à atualização do entendimento sobre a condição juvenil contemporânea, existem duas correntes que definem, academicamente, essa atual condição da cultura juvenil. Corroborando com a análise de Pais (2003), tanto a corrente geracional, que considera as culturas juvenis como específicas de uma geração como a corrente classista que considera as culturas juvenis como culturas de classes podem ser vistas não apenas como totalmente antagônicas, mas se entrelaçando numa concepção juvenil da atualidade. Assim, o autor prossegue considerando que toda vivência de socialização dos jovens com sujeitos da mesma idade, que possuem pensamentos e experiências singulares, está permeada de influências tradicionais e fortemente herdada dos processos geracionais construídos no convívio familiar e até escolar. Pensando nessa perspectiva dual das correntes sociológicas, percebemos que as instituições família e escola ainda continuam exercendo importante influência nessa condição juvenil atual,

fato considerado, no decorrer desse estudo, como preponderante para a compreensão da educação das juventudes. Conforme CARRANO (2000, p.14-15) a referência ao jovem, nos dias atuais, “precisa levar em consideração a heterogênea realidade das sociedades complexas”. Segundo ele, a ambiguidade e a indefinição sobre o que é ser jovem, ou seja, seu conceito estaria entrelaçado nas características de uma complexidade, que não seriam superadas apenas com a passagem de certo limite de idade ou o ingresso desse jovem no mercado de trabalho. Dessa forma, a entrada do jovem no mundo adulto ensejaria para CARRANO (2000, p. 14-15) a observância de aspectos mais complexos que esses citados e que são, infelizmente, os mais pontuados pela sociedade brasileira. Elencamos, dentre esses critérios, considerando os vários estudos sobre as juventudes contemporâneas, e buscando complementar a ideia sociológica de juventude, algumas características desse segmento como a identificação pelo posicionamento perante a vida, semelhanças pelas linguagens, pelas singularidades nos momentos das escolhas, pelos estilos de vida, pelas transgressões da idade, pelas iniciativas coletivas para mudar os padrões estabelecidos socialmente, dentre outros, que os tornam seres sociais e semelhantes nas suas diferenças. Conceber essas juventudes nessas dimensões sociológicas implica compreender esses sujeitos vivendo um momento presente, vivo, atual. Portanto, “A juventude grita/canta/dança que o futuro é agora!” (CARRANO, 2003, p.134) e isso precisa ser considerado também pela escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS Num retrospecto histórico de compreender as juventudes como segmento etário específico, constituído de sujeitos titulares de direitos, vislumbramos que, ao longo do percurso social brasileiro, os jovens apenas eram definidos como indivíduos em fase de transição para a vida adulta ou como classe produtiva já inserida no mundo do trabalho. Vale ressaltar, que nesta última visão, essa condição juvenil, na maioria dos casos, não era sequer notada ou considerada como população jovem, mas apenas números populacionais que contribuíam com sua mão de obra produtiva para o sistema do capital. Essa invisibilidade dos jovens brasileiros, ainda característica dos dias atuais, deixa transparecer o percurso histórico de negação de direitos e de falta de iniciativas de ações públicas que se comuniquem com as realidades juvenis da contemporaneidade. Esse retrato, infelizmente não é apenas de uma era

pretérita, mas perdura em algumas interpretações desse segmento nos dias atuais. A preocupação com as juventudes se caracteriza, portanto, como urgente e necessária por ser latente a presença viva e pulsante desses jovens que se encontram nas ruas, nas escolas, nas rodas de amigos, nas redes sociais, nas pistas de dança, nas literaturas, nas artes, mostrando a sua cara e apresentando seus desejos, dos mais genéricos aos mais íntimos, vindos do âmago do seu ser, que efervescente se mostra sem medo e sem pudor. Ademais, o ensinar a compreensão como elemento vital para as relações humanas pode ser o fio condutor de uma educação reflexiva, ponto crucial para uma ampliação da visão do sujeito. No âmbito das juventudes esta condição humana a ser construída com base nos saberes relacionais não é utopia e mesmo que assim fosse, poderia ser concebida também importante como construção de novos horizontes dentro dessa seara que se efetiva também pelo questionamento constante sobre o ser humano e a própria condição humana. Assim, a escola que aqui se defende, propõe um ato de educar voltado para a reconstrução de saberes necessários à vivência humana nesse novo milênio que exige além da revisão dos paradigmas já estabelecidos na trajetória educacional, a reconsideração das tradições, como um dos pontos de partida para uma nova perspectiva do fazer educativo. Desse modo, discutir as juventudes neste contexto perpassa pelas considerações das suas dimensões mais intrínsecas como forma de refletir e compreender as particularidades do ser jovem e adentrar nas questões que interligam a sua relação com a educação, suas vivências juvenis e seu processo de escolarização, enquanto momento de enriquecimento de experiências. A escola com sentido para os jovens brasileiros precede à condição de reconhecimento deste segmento como presente na realidade, viva nos seus desejos e sonhos e capaz de protagonizar a sua própria história educacional com práticas que reflitam significados importantes e marcantes para sua vida. Entretanto, essa condição se interliga diretamente com o ato de compreender quem são essas juventudes, o que elas pensam e o que, de fato, as representa dentro do ambiente escolar. Eis um grande passo para uma escola de sucesso!

REFERÊNCIAS ABRAMO. H.W. **Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo**. In ABRAMO. H. W.; BRANCO, P. P. M. (orgs). Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São

Paulo: Instituto Cidadania e Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. BAUMAN, Zygmunt. **Legisladores e intérpretes: sobre modernidade, pós-modernidade e intelectuais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. _____. **Ética pós-moderna**. Trad. João Rezende Costa. São Paulo: Condição Ética, 1997. CHARLOT, Bernard. **A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber**. Rev. Bras. Educ., Abr 2006, vol.11, nº 31, p.7-18. Disponível em [http://](http://www.scielo.br/rbedu/v11n31/a02v11n31.pdf)

www.

scielo.br

/pdf/rbedu/v11n31/a02v11n31.pdf

Acesso em: 25/07/2015. BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. CARRANO, P. C. R. **Juventudes: as identidades são múltiplas**. Revista Movimento, 2000. _____, Paulo. **Juventudes e cidades educadoras**. Petrópolis: Vozes, 2003. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. São. Paulo: Editora UNESP, 1991. KONDER, Leandro. **O que é Dialética**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008. PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis**. 2ª ed. Lisboa: INCM, 2003. SOUZA. Ricardo Timm de. **A Ética como Fundamento**. Porto Alegre: Nova Harmonia, 2004.

[1] Música composta e interpretada por Lulu Santos, disponível no endereço eletrônico: <https://www.lettras.com/lulu-santos/47144/>. Acesso em 16 de dezembro de 2015.

lettras.com

/lulu-santos/47144/. Acesso em 16 de dezembro de 2015.

[2] Tanto Marx como Durkheim viam a era moderna como uma era turbulenta. Mas ambos acreditavam que as possibilidades benéficas abertas pela era moderna superavam suas características negativas. Marx via a luta de classes como fonte de dissidências fundamentais na ordem capitalista, mas vislumbrava ao mesmo tempo a emergência de um sistema social mais humano.

[3] Nesse ano os Estados-membros da ONU assinaram A Declaração sobre o Fomento entre a Juventude dos Ideais de Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os Povos.

[4] [...] tornou-se usual empregar a expressão juventudes para enfatizar que, a despeito de constituírem um grupo etário que partilha várias experiências comuns, subsiste uma pluralidade de situações que confere diversidade às demandas e necessidades dos jovens. CASTRO, AQUINO, ANDRADE (2009, p.31).

Adenilma Oliveira Santana*

Mestranda em Educação e Contemporaneidade pelo PPGEDUC /UNEB. E-mail: santanaadv01@hotmail.com

Pedagoga pela Universidade do Estado da Bahia, Especialista em Psicopedagogia, Advogada, atuante no Sistema de garantia de Direitos da Infância e da Juventude. Membro do Grupo de Pesquisa Formação do Educador, Comunicação e Memória – FACOM, Coordenado pelo Prof. e Orientador Dr. Augusto César Rios Leiro.

Thaís Souza dos Santos**

Mestranda em Educação e Contemporaneidade pelo PPGEDUC /UNEB. E-mail: thaisza12@gmail.com

Professora de Língua Portuguesa na Rede Estadual de Educação Pública em Salvador – BA. Membro do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Representações, Educação e Sociedades Sustentáveis, Coordenado pelo Prof. e Orientador Dr. Natanael Reis Bomfim.

[1] Música composta e interpretada por Lulu Santos, disponível no endereço eletrônico: <https://www.lettras.com>

/lulu-santos/47144/. Acesso em 16 de dezembro de 2015.

[2] Tanto Marx como Durkheim viam a era moderna como uma era turbulenta. Mas ambos acreditavam que as possibilidades benéficas abertas pela era moderna superavam suas características negativas. Marx via a luta de classes como fonte de dissidências fundamentais na ordem capitalista, mas vislumbrava ao mesmo tempo a emergência de um sistema social mais humano.

[3] Nesse ano os Estados-membros da ONU assinaram A Declaração sobre o Fomento entre a Juventude dos Ideais de Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os Povos.

[4] [...] tornou-se usual empregar a expressão juventudes para enfatizar que, a despeito de constituírem um grupo etário que partilha várias experiências comuns, subsiste uma pluralidade de situações que confere diversidade às demandas e necessidades dos jovens. CASTRO, AQUINO, ANDRADE (2009, p.31).

Recebido em: 05/07/2016

Aprovado em: 05/07/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: